



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

RAPHAEL SINEDINO DE SOUSA

**ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO SISTEMA
NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR –
SINAES- NA GESTÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: O
caso da FACE/UnB**

Brasília – DF

2013

RAPHAEL SINEDINO DE SOUSA

**ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO SISTEMA
NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR –
SINAES- NA GESTÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: o
caso da FACE/UnB**

Monografia apresentada ao
Departamento de Administração como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Professora Orientadora: Dr^a Magda de
Lima Lúcio

Brasília – DF

2013

Sousa, Raphael Sinedino de

Análise dos Instrumentos de Gestão do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior –SINAES- na Gestão das Universidades Públicas: o caso da FACE/UnB / Raphael Sinedino de Sousa. – Brasília,2013.

40 f. :il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2013.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Magda de Lima Lúcio, Departamento de Administração.

1. Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior.
2. Instrumentos de Gestão.
3. Gestão

RAPHAEL SINEDINO DE SOUSA

**ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO SISTEMA
NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR –
SINAES- NA GESTÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: O
caso da FACE/UnB**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do
aluno

Raphael Sinedino de Sousa

Prof.^a Dr.^a Magda de Lima Lúcio
Professor-Orientador

Prof. Dr. Luiz Fernando Bessa,
Professor-Examinador

Prof.^a Mestre Mara Lúcia Castilho
Professor-Examinador

Brasília, 08 de Março de 2013

À minha família, Edi, Talita e Josemar, pela paciência e companheirismo.

À minha mãe, Edi, e ao meu pai, Josemar, pela sólida educação que me foi dada.

E aos meus amigos que muito me ensinam, em especial á Anna Beatriz Almeida, Felipe Borba, Guilherme Herone e Henrique Santarosa.

Dedico a todos vocês.

À minha família, Edi, Josemar e Talita.

Aos meus amigos de UnB, Mayko Vinicius, Carol Lustoza e Raphaela El Haddad.

A todos os professores que muito me ensinaram nesta jornada.

À coautora e orientadora deste trabalho, Prof.^a Dr.^a Magda de Lima Lúcio, pela paciência, atenção e broncas.

“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco, sem ela a sociedade muda.”
Paulo Freire

“Educação não transforma o mundo; educação muda pessoas; pessoas transformam o mundo.”
Paulo Freire

“A administração é a arte de aplicar as leis sem lesar os interesses.”
Honoré de Balzac

RESUMO

Instituído em 2004 como instrumento responsável pela avaliação nas instituições de ensino superior, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – tem como uma de suas finalidades a garantia do contínuo melhoramento da educação superior no Brasil, além de uma série de inovações, em especial em sua concepção formadora; concepção formativa/ pedagógica. Melhoramento este que direta e/ou indiretamente envolve e exige dos gestores dos cursos e das instituições de ensino superior um constante aperfeiçoamento de seus processos e gestão. Também por isso, o presente trabalho resolveu analisar os instrumentos de gestão proposto pelos SINAES e identificar se de fato contribuem com a gestão da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UnB – FACE/UnB – e de seus cursos. Para tanto, foram feitas entrevistas semiestruturadas com os coordenadores de cada curso, os discursos foram analisados em categorias, baseadas em modelo analítico de Laurence Bardin. Os resultados colhidos foram satisfatórios e nos forneceu informações relevantes e reveladoras sobre o processo de avaliação institucional na Universidade e na FACE. Por fim, descobriu-se que a avaliação institucional e seus processos ainda estão em estágio embrionário na FACE/UnB e na Universidade de Brasília. Na FACE/UnB tais instrumentos criados para subsidiar o processo decisório dos gestores, pouco ou nada contribuem com a gestão da FACE/UnB e de seus cursos.

Palavras-chave: SINAES; Instrumentos de gestão; Gestão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEA – Comissão Especial de Avaliação do Ensino Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPC – Conceito Preliminar de Cursos

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENC – Exame Nacional de Cursos

FACE – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

GERES – Grupo Executivo Para a Reforma da Educação Superior

IGC – Índice Geral de Cursos

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PARU- Programa de Avaliação da Reforma Universitária

REGEN – Mestrado Profissional Interdisciplinar em Regulação e Gestão de Negócios

SINAES- Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

| | | |
|-----|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 | Contextualização do Assunto | 12 |
| 1.2 | Formulação do problema | 13 |
| 1.3 | Objetivo Geral | 13 |
| 1.4 | Objetivos Específicos | 13 |
| 1.5 | Justificativa | 14 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 15 |
| 3 | MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA | 25 |
| 3.1 | Tipo e descrição geral da pesquisa | 25 |
| 3.2 | Caracterização da organização, setor ou área | 25 |
| 3.3 | População e amostra | 26 |
| 3.4 | Caracterização dos instrumentos de pesquisa | 26 |
| 3.5 | Procedimentos de coleta e análise de dados | 27 |
| 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 28 |
| 5 | CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES | 32 |
| | REFERÊNCIAS | 34 |
| | APÊNDICES | 36 |
| | Apêndice A – Roteiro de entrevista | 36 |
| | ANEXOS | 37 |
| | Anexo A – Modelo de questionário autoavaliativo | 37 |

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas três décadas, a educação e, mais precisamente a avaliação, vem ganhando destaque, no tocante ao ensino superior, seja em políticas públicas, seja no interior das instituições de ensino, tanto públicas como privadas.

Na década de 1980, dentro das universidades públicas, chegou-se à conclusão de que a avaliação era necessária, “objetivando a transparência do processo de aplicação do uso dos recursos providos pelo Estado e para fortalecimento das instituições, haja vista as ameaças de privatização, à época” (SOBRINHO; BALZAN,1995,p.7). A avaliação emergiu, então, no contexto da crise das Universidades na década de 1980, sendo caracterizada, em particular, pelos efeitos negativos da expansão desordenada e do contexto econômico (MENEGHEL, 2002). Nesse sentido a avaliação emerge como uma possibilidade de prestação de contas à sociedade, ao mesmo tempo em que constrói um modelo de regulação que tem na sua base o discurso da qualidade.

As iniciativas consideradas mais importantes para o estabelecimento de um sistema de avaliação da educação superior, frente às dificuldades, aconteceram ainda na década de 1980, primeiramente com a criação do Programa de Avaliação da Reforma Universitária - PARU- em 1983. “O programa priorizou dois focos temáticos: a gestão das instituições de educação superior e o processo de produção e disseminação do conhecimento” (QUEIROZ, 2011, p.25), sendo extinto em 1984. Outra iniciativa de curta duração foi o Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior - GERES - criado em 1986, devido ao seu caráter racionalista e tecnológico, logo foi substituído por não alcançar prestígio nas instituições de ensino superior (idem, ibidem). Em 1993, o GERES dá lugar ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB -, tendo como norteadores a globalidade; o respeito à identidade institucional; a não premiação; a adesão voluntária e a continuidade, apenas para citar alguns (RISTOFF, 1995, p.40).

Com a troca do governante de nosso país em 1995, o Exame Nacional de Cursos - ENC -, também conhecido como Provão foi estabelecido como instrumento principal de uma política nacional de avaliação das instituições de nível superior e de seus

cursos. O ENC teve como pano de fundo as exigências econômicas e mercadológicas, à época, e as ações políticas com vistas à redução da participação do Estado na oferta de ensino superior. O exame tinha como essência um caráter de regulação/controle e ficou conhecido por ranquear os cursos, atribuindo notas que poderiam resultar em punição ou em credenciamento automático (QUEIROZ, 2011). Em 2004, o ENC dá lugar ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) em vigência até hoje. Com heranças das experiências anteriores, porém, com um maior envolvimento da sociedade civil, contou com a participação de estudiosos envolvidos anteriormente em programas avaliativos, os quais formaram a Comissão Especial de Avaliação do Ensino Superior – CEA, criadora da proposta avaliativa. O Sistema busca “assegurar as dimensões internas e externas, particular e global, somativo (prestação de contas) e formativo (aperfeiçoamento), quantitativo e qualitativo, e os diversos objetos e objetivos da avaliação.” (SINAES, 2003, p.61)

Neste contexto, pretendemos depreender quais são os instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, SINAES, que podem ser considerados instrumentos de melhoria para a gestão dos cursos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE/UnB. Também pretendemos compreender em que medida o Sistema de Avaliação tem contribuído para a melhoria da qualidade do ensino superior, bandeira histórica da sociedade civil organizada e suas instituições.

1.1 Contextualização

Instituído em 2004, como principal responsável pela avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho dos alunos, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES – tem como uma de suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior. Para isso, contém alguns instrumentos de avaliação, como, por exemplo: a avaliação interna – feita por membros internos às instituições – e a avaliação externa – feita por membros externos. Estes instrumentos de avaliação possuem, entre outras, a função de

auxiliar e subsidiar o processo de tomada de decisão de diversos gestores, seja ele das instituições de ensino, seja do governo federal. Por isso, nesta pesquisa, os instrumentos de avaliação do SINAES serão analisados sob a ótica dos gestores dos cursos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE- da Universidade de Brasília – UnB e à luz da teoria dos instrumentos de gestão.

1.2 Formulação do problema

Em que medida os instrumentos de avaliação institucional contidos no SINAES têm sido considerados pelos gestores como instrumentos de melhoria para a gestão dos cursos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)?

1.3 Objetivo Geral

Identificar se os instrumentos de avaliação institucional propostos pelo SINAES têm contribuído para a melhoria da gestão dos cursos da FACE/UnB.

1.4 Objetivos Específicos

1. Identificar quais são os instrumentos de gestão e quais são os instrumentos de avaliação propostos pelo SINAES, de acordo com a conceituação de Lascoumes e Les Galès;
2. Identificar se os coordenadores conhecem os dados dos relatórios autoavaliativos e qual uso fazem destes para seu processo de gestão e tomada de decisão;
3. Identificar junto aos entrevistados se a avaliação institucional proposta pelo SINAES é de fato internalizada ;
4. Identificar a percepção dos coordenadores dos cursos da FACE sobre o SINAES;

1.5 Justificativa

Preocupação e tema presente em todas as plataformas de governo, especialmente no Brasil, a qualidade do sistema educacional e das instituições voltadas para o ensino superior há algumas décadas vem sendo discutida e estudada. Nesse sentido, este trabalho justifica-se, primeiramente, por se tratar de uma investigação na área educacional e por entender que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, de acordo com nossa Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Em segundo lugar, este estudo se ampara nos trabalhos do Grupo de Pesquisa sobre Instrumentos de Gestão da Universidade de Brasília. Neste grupo nos detemos na análise dos instrumentos de gestão que muitas vezes são utilizados por gestores de todas as áreas, sem compreenderem os impactos que eles podem causar ou mesmo o delineamento que o próprio instrumento enseja ao ser utilizado.

Por fim, complementa outros estudos sobre o tema desta pesquisa, visto que existem poucos estudos que se preocupam em conhecer as demandas dos gestores responsáveis pela direção de cursos e instituições de ensino. Este estudo é focado no dia-a-dia dos coordenadores/gestores de cursos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE/UnB). Esses gestores são responsáveis pela busca e manutenção da qualidade dos cursos e da universidade.

2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Oriunda, tradicionalmente, do campo educacional, a avaliação institucional revela como novidade sua grande abrangência (BALZAN; SOBRINHO, 1995).

Sua definição na literatura é bastante variada, a depender da intenção e abordagem do autor (a), todavia encontramos alguns termos/conceitos convergentes, tais como: globalidade; processo e continuidade.

A avaliação institucional é definida como um conjunto de processos sistêmicos que visam o conhecimento global da universidade através do reconhecimento e integração de suas diversas dimensões (SOBRINHO, 1995).

A avaliação institucional dentro das universidades é perseguidora da consideração e análise de um grande espectro de processos e ações consideradas importantes no interior das instituições, sem deixar de considerar as atividades-fim e as atividades-meio responsáveis por sua execução (BELLONI ET al., 1995). Com esta afirmação, podemos perceber a avaliação como instrumento que se propõe a manter a qualidade dos serviços prestados e, conseqüentemente, como aliada da sociedade civil, dada sua preocupação com o dia-a-dia e com a qualidade dos centros de formação profissional e pessoal que hoje são as universidades.

No entendimento de Belloni (2007) avaliação é um processo contínuo de verificação, onde através dela podemos compreender de forma global seus diferentes ambiente e conseqüentemente desenvolver os objetos verificados. Deixando claro que este é apenas um conceito didático, a literatura sobre o tema é vasta de conceitos.

A partir desta abrangência de análise do conceito de avaliação, é comumente encontrada na literatura, a menção de suas diferentes abordagens: avaliação educacional ou de aprendizagem, avaliação de políticas públicas e a institucional. Neste estudo nos ateremos particularmente no conceito de avaliação institucional e sua caracterização, segundo Trigueiro,

O que de fato caracteriza a avaliação ser institucional é a sua abrangência na construção de conhecimentos que caracterizem o cotidiano da universidade em seus aspectos culturais, históricos, de relações de poder,

resistências e mudanças, mecanismos de comunicação e relacionamentos com a comunidade interna e a sociedade em geral (1998 apud LEITE, 2011, p.69)

Assim sendo, Leite (2005) defende que a avaliação institucional deve ser responsável por avaliar a instituição de forma universal, argumento também aplicado à avaliação de políticas públicas. A avaliação institucional pode ser compreendida como um esforço voltado à gestão da instituição, ao processo de tomada de decisão e seus direcionamentos em busca da eficiência (idem, ibidem). Por isso, a avaliação institucional é um “processo de aferição do desenvolvimento de ações, que permite o autoconhecimento institucional, a correção e o aperfeiçoamento das ações institucionais” (BELLONI,1995,p.89). A noção de aperfeiçoamento das ações institucionais passa impreterivelmente por um processo de autoconhecimento institucional e por um processo de tomada de decisão eficiente e eficaz. Para isso, faz-se necessária uma avaliação institucional que seja política e institucionalmente reconhecida como instrumento para obtenção da qualidade global e instrumentalização dos tomadores de decisão (idem, ibidem).

Portanto, temos nos processos de avaliação das universidades uma relevância administrativa, visto sua preocupação e auxílio na busca constante da qualidade institucional e no subsídio ao processo de tomada de decisão dos entes administrativos. Para que haja uma avaliação institucional subsidiária dos processos decisórios, é de suma importância que todos os envolvidos tenham consciência sobre a instituição e sobre seus ambientes, sobre seus sucessos e fracassos e causas destes e daqueles. Todos esses aspectos definem o que Belloni (1999) chamou de autoconhecimento. Podendo ser chamado aqui, por que não, de autoconhecimento institucional. Todos os conceitos acima mencionados, no que tange o autoconhecimento do todo por seus diferentes integrantes, são de familiaridade dos estudantes de Administração, área de conhecimento sob a qual esta pesquisa está inserida.

Um dos objetos de estudo desta pesquisa, o processo de tomada de decisão, segundo Queiroz (2011), é a fase seguinte ao processo de autoconhecimento, depois de conhecer todo o espectro institucional e a causa dos problemas.

Este conhecimento sobre a instituição e a causa dos problemas pode ser fornecido através da avaliação institucional, mais precisamente através dos relatórios de

avaliação propostos pelo sistema avaliativo do momento – SINAES. (Lúcio ET AL, 2009). A utilização constante destes dos dados destes instrumentos de gestão – relatórios avaliativos e outros – fornece ao gestor a visão da instituição como um todo, em seus detalhes (idem, ibidem).

A apropriação desses dados se dá mediante análise e conhecimento dos relatórios de avaliação resultado de discussões, interpretações e análise dos resultados, os destino destes relatórios são o MEC, a CONAES e os membros das instituições de ensino superior (BRASIL, 2004). A utilização destes instrumentos, principalmente a importância centrada no exame do desempenho dos estudantes, vem, ao longo dos anos, sendo alvo de críticas por parte dos estudiosos. Argumenta-se que o ENADE e os conceitos que ele traz afastam a avaliação institucional de seu foco e vão de encontro ao que o atual sistema avaliativo – SINAES- defende em sua origem: um caráter regulador e formador, e não apenas regulador (SOBRINHO, 2008). Outros instrumentos fazem parte do SINAES, podendo ser classificados como de regulação, informação, avaliação e gestão, ainda a serem especificados neste trabalho.

2.1 Concepções de avaliação

O objetivo principal da avaliação é o desenvolvimento, e não premiar ou punir, atitudes presentes em políticas do passado (BELLONI, 1999). Todavia, nem sempre foi este pensamento norteador das políticas avaliativas propostas pelo Estado. Em algumas delas, foram defendidas concepções voltadas ao controle autoritário com objetivo de responder a pressões políticas e econômicas à época. Por isso se faz necessária a análise dessas tendências.

As políticas de avaliação institucional no Brasil assumiram, ao longo dos anos, duas distintas concepções: as meritocráticas/reguladora- de caráter controlador e com objetivos políticos, e as formativas – preocupação com a qualidade institucional e educacional (BELLONI, 2003). Definidas resumidamente como:

Uma voltada para mais para o **controle e hierarquização** entre as instituições; a outra voltada para a identificação das insuficiências e das potencialidades de instituições e do sistema, com vistas à **melhoria e mudança** em seu funcionamento (BELLONI,1999,p.36,grifo do autor).

Para Sobrinho (1995), uma política pode possuir simultaneamente estas duas orientações supracitadas, sendo, cada uma, detentora de sua respectiva função.

Belloni (2001 apud STEIN, 2000, p. 41), sobre a avaliação institucional formativa, ressalta sua finalidade quando expõe que este procedimento deve ser compreendido “como um processo sistemático de subsídios para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição em face de sua missão científica e social”. A avaliação institucional formativa tem como objetivo auxiliar a instituição na busca do autoconhecimento; conhecimento de suas virtudes e defeitos para assim se aperfeiçoar em sua missão de ser um centro de aprendizagem e formação cidadã (BELLONI, 2003).

Esta tendência é apontada por Sobrinho (1995) como “proativa e instrumental”, ao considerar que os elementos que constituem a avaliação formativa – conhecimento e crítica – incentivam e promovem a transformação e o questionamento do mesmo processo. Com isso, optar por este tipo de avaliação é valorizar os processos e as relações pedagógicas (SOBRINHO,1995).

Para Belloni (2003), ao implantar este tipo de concepção nas instituições, algumas forças contrárias podem surgir, o pensamento de que a avaliação é, sobre todos os aspectos, um instrumento punitivo e/ou de premiação, o que ela definiu como “representação inibidora”, adversa a possíveis mudanças no *status quo*.

Oposto da orientação formativa, a meritocrática/reguladora – se preocupa com os processos e produtos em seu estágio final; é adotada como instrumento de prestação de contas, fiscalização e hierarquização das instituições de ensino superior (SOBRINHO, 1995).

Hoje, o sistema avaliativo responsável pela avaliação da educação superior – SINAES - possui o caráter supracitado por Sobrinho (1995), pois alguns índices ranqueadores que apontam desempenhos institucionais e estudantis são utilizados e levados em consideração: o índice de desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho de Estudante – ENADE, o índice de Diferença de

Desempenho – IDD, e o índice de insumos. Desta forma, afastando a avaliação institucional e sua orientação formativa e reflexiva sobre a “relevância científica e social da formação e dos conhecimentos, reduzindo-se à medida e controle” e indo de encontro ao que defendeu, quando de sua criação (SOBRINHO, 2008).

2.2 Instrumentos de gestão

Os instrumentos de gestão criados e utilizados pelo Estado são ferramentas que visam à resolução de problemas da sociedade, atingindo objetivos políticos e consequentemente tornando tangível a presença do Estado e da ação governamental aos cidadãos. A avaliação interna e externa realizada pelo SINAES são exemplos de instrumentos utilizados pelo Estado para gestão de um Sistema responsável pela avaliação da educação superior – direito básico da sociedade.

Sobre a utilização de instrumentos de gestão por parte do Estado, Linder & Peters, 1989, argumentam que:

O governo utiliza uma ampla variedade de instrumentos para, indo de métodos indiretos, tais como a persuasão e induções financeiras, até métodos mais diretos envolvendo a provisão de serviços governamentais

Sobre o uso dos instrumentos de gestão, Lascoumes & Le Galès (2004) afirmam que tais instrumentos não são apenas de cunho técnico e social, mas também tem o papel de organizar as relações da esfera pública para/com os beneficiários diretos – a sociedade.

Peters (2002) sugere que devem ser considerados cinco pontos; cinco conceitos, quando da reflexão acerca da escolha dos instrumentos, sob uma perspectiva política. Os cinco pontos a serem atentados são: Interesses públicos ou privados; ideias e/ou ideologia política governamental vigente; indivíduos utilizadores dos instrumentos, instituições e o ambiente internacional. Formando assim, uma base de análise chamada de “os cinco i’s”. Estes conceitos não só influenciam tal escolha,

mas devem ser levados em consideração para que essa escolha do instrumento seja bem sucedida.

2.3 Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES –

Instituído pela lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior é atualmente o responsável por garantir a avaliação das IES, dos cursos e do desempenho acadêmico dos alunos; elementos formadores dos três eixos de avaliação (BARREYRO; MARINHO-ARAUJO; POLIDORI, 2006). A execução do Sistema é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Diferentemente de seus antecessores, o SINAES foi proposto como instrumento garantidor de uma integração entre as orientações formativa e reguladora, a preocupação com o todo e o individual, as dimensões qualitativas e quantitativas. Também se revela como subsídio à tomada de decisão pedagógica, administrativa e políticas, ao autoconhecimento institucional e autonomia - esfera política, administrativa e sociedade civil (BRASIL, 2003). Para Sobrinho (2010), o SINAES foi além de uma mudança nos instrumentos de avaliação, propondo uma mudança de paradigma ao procurar avaliar as instituições e seus alunos como um todo.

Sobre as concepções teóricas assumidas pelo SINAES, Versieux (2004) afirma que embora o Sistema tenha um caráter regulatório “por ser montado, organizado e financiado pelo Estado”, ele se caracteriza predominantemente como detentor de um viés formativo, dada sua preocupação com o desenvolvimento das IES e resolução dos problemas institucionais.

Baseado nisso, as avaliações propostas pelo SINAES - interna e externa – são realizadas levando em consideração 10 dimensões, todavia, destacaremos aqui apenas 3: políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; política para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; e comunicação com a sociedade.

Os fundamentos básicos do SINAES, segundo Giolo & Ristoff (2006) , são: integração da avaliação interna à externa; possui caráter regulador e avaliador; possui integração entre objetivos avaliativos e políticos; e relaciona os instrumentos de avaliação aos de informação.

Finalmente, podemos ressaltar que o diferencial deste Sistema em relação aos mecanismos de avaliação anteriores está em procurar reunir em uma só orientação todas as ações avaliativas realizadas pelo MEC, de modo que esta orientação incorpore as metodologias, os momentos, os espaços e os instrumentos de avaliação e informação (idem, ibidem).

2.3.1 Avaliações/propostas precedentes ao SINAES

Os primeiros esforços avaliativos da educação superior no Brasil datam do início da década de 1980, apesar de ter surgido ainda na década de 1970 ações avaliativas da educação superior, todavia com ênfase nas instituições e cursos de pós-graduação– mestrado e doutorado (BARREYRO; MARINHO-ARAUJO; POLIDORI, 2006).

No âmbito dos cursos de graduação, surge em 1983 o Programa de Avaliação da Reforma Universitária - PARU, focado na gestão das Instituições de Ensino Superior e em seu papel como produtor e disseminador de conhecimento (BARREYRO; MARINHO-ARAUJO; POLIDORI, 2006).

Sendo assim, o PARU tinha como foco de atuação a coleta de informação sobre o ambiente onde se desenvolviam as ações de produção e disseminação do conhecimento. Através da análise entre a norma teórica proposta e a sua real operacionalização no dia-a-dia das IES, o PARU buscava conhecer como os objetivos institucionais se efetivavam. Este estudo estava calcado em duas etapas: a primeira consistia em um levantamento de informações sobre as IES, com objetivos comparativos e uma segunda etapa – estudo de caso - mais específica e aprofundada sobre algum tema considerado importante (BARREYRO; ROTHEN, 2008). O programa foi extinto, em 1984, um ano após a criação por não dispor de suficiente apoio político no MEC (QUEIROZ, 2011).

Surge então em 1986, o Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior – GERES. No intervalo entre este e o PARU, houve a instalação de uma comissão composta por 24 membros, esta comissão – Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior- foi criadora do relatório “Uma nova política para a educação superior”, mas este não contribuiu em nada para/com a educação superior.(AMORIM,1992 apud QUEIROZ,2011,p.26).

Retornando ao GERES, este foi composto por cinco membros, todos eles ocupantes de funções no Ministério da Educação. Utilizando como ponto de partida o documento elaborado pela Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, o GERES tinha como objetivo apontar caminhos para uma Reforma Universitária. O processo avaliativo era visto pelo GERES como controlador da qualidade da Educação Superior – a pública (BARREYRO; ROTHEN, 2008). Ou seja, assumia essencialmente uma orientação reguladora, sem qualquer preocupação pedagógica/formativa. A proposta do GERES se concentrava apenas às instituições públicas de ensino superior, considerando que estas não poderiam ser avaliadas pelo mercado, pois seus recursos não eram vendidos, seriam então, avaliadas pelo Estado (BARREYRO; ROTHEN, 2008). O GERES foi encerrado em 1993.

Assim, o PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – passa a ser o principal instrumento responsável pela avaliação da educação superior do país.

No seu documento inicial chamado de “Avaliação da Universidade Brasileira: uma proposta nacional” estava presente e ressaltada a importância da avaliação- interna e externa - como instrumento-auxiliador na gestão das Universidades, e também alguns princípios norteadores como: globalidade; respeito à identidade institucional; não premiação – a avaliação deve ser percebida como ferramenta pedagógica e não apenas como reguladora/ punitiva; e continuidade. Com estes princípios, podemos afirmar que a concepção de avaliação pensada pelo PAIUB era de caráter formativo/pedagógico (BARREYRO; ROTHEN, 2008,). A proposta de avaliação do PAIUB se caracterizava por três eixos: Avaliação externa, avaliação interna e reavaliação (VERSIEUX, 2004).

Sua avaliação externa era responsável por: “corpo docente, técnico-administrativo, infraestrutura, análise de currículos, mercado de trabalho, aspectos diversos e acompanhamento de egressos”. A avaliação interna analisava os cursos, a

disciplina, avaliação do desempenho docente, o estudante, o desempenho técnico-administrativo e a avaliação da gestão universitária (PAIUB, 1994 apud VERSIEUX, 2004, p.39).

O PAIUB foi encerrado em 1998, por falta de apoio financeiro, alvo de uma política de Estado à época, todavia, desde 1996, outro mecanismo de avaliação já havia sido estabelecido e aplicado com total apoio do INEP – Instituto Nacional de Estudos; o ENC – Exame Nacional de Cursos (VERSIEUX, 2004).

À luz das décadas de inúmeras discussões e práticas de avaliação institucional no Brasil- PAIUB e ENC, o Estado e seus governos fizeram uso de diferentes concepções de avaliação. Sobre este “Estado avaliador”, Santos Filho (1999) com base em estudo de Bentancur (1996) sobre a classificação dos modelos de “Estado avaliador”, afirma que o PAIUB faz parte do “modelo de melhoria da qualidade”, que objetiva o contínuo desenvolvimento da instituição e de seus processos internos, sem a interferência de pressões políticas neoliberais.

Foi instituído por lei em 1995, primeiramente como parte complementar da avaliação sugerida pelo PAIUB, depois da extinção deste, o ENC continuou como política responsável pela educação superior, mais precisamente, pela avaliação dos cursos de graduação, mediante avaliação dos estudantes concluintes.

O ENC se caracterizava pela aplicação anual de provas aos concluintes de diversos cursos, levando em consideração o processo de aprendizagem ao longo dos anos da graduação. Em 1996 ano da primeira consulta, foram aplicadas provas aos egressos dos cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil (VERSIEUX, 2004).

Sua concepção de avaliação era controladora com objetivos economicistas, ressaltando a hierarquização dos cursos e instituições, os resultados da prova eram utilizados como critério para o ranqueamento, premiação ou punição de cursos e instituições de ensino superior. Desta forma, fomentava intensa disputa entre as universidades, não possuía preocupação pedagógica; não havia deveras interesse com o desenvolvimento das universidades, sua gestão e seus processos administrativos ou educacionais (QUEIROZ, 2011).

2.3.2 Instrumentos do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES

A avaliação proposta pelo SINAES contempla os seguintes instrumentos de avaliação e gestão: a autoavaliação – de responsabilidade e condução por parte da Comissão Própria de Avaliação de cada instituição – e a avaliação externa da instituição e de seus cursos, realizada por membros de cada área do conhecimento, designados pelo INEP por possuírem experiência e largo conhecimento em suas áreas. A correta e interligada utilização destes dois instrumentos pode fornecer reflexões acerca de diferentes aspectos do ambiente acadêmico e administrativo das IES (CONAES, 2007).

Juntamente com os instrumentos acima, o SINAES utiliza instrumentos de informação, são eles: Censo da Educação Superior; o Cadastro Nacional de Docentes; a plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ; o Cadastro de Instituições e Cursos, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE e a Avaliação de Cursos de Graduação e Avaliação de Instituições (GIOTTO; RISTOFF, 2006).

Outro tipo de classificação dos instrumentos utilizados pelo SINAES é de regulação, criados no fim de 2008. São eles: O conceito Preliminar de Cursos – CPC – e o Índice Geral de Cursos – IGC (BARREYRO & ROTHEN, 2011).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Uma pesquisa pode ser definida sob dois diferentes aspectos: quanto aos meios e quanto aos fins (Vergara, 2005).

Inicialmente, para desenvolvimento teórico, esta pesquisa consiste em uma pesquisa bibliográfica, pois seu corpo teórico foi construído utilizando como base bibliográfica livros, artigos acessíveis ao público (VERGARA, 2005).

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, já que explora e descreve as “características de determinada população, suas opiniões, percepções e atitudes” (VERGARA 2005; GIL, 1999). Consiste também em uma pesquisa não experimental, pois não se valeu em suas propriedades de manipulações ou grupo de controle (GIL, 2010).

3.2 Caracterização da organização, setor ou área

A Universidade de Brasília –UnB- foi inaugurada 21 de abril de 1962. Atualmente, possui 2445 professores, 2630 técnicos-administrativos e 28570 alunos regulares e 6304 de pós-graduação. É constituída por 26 institutos e faculdades e 21 centros de pesquisas especializados. Oferece 109 cursos de graduação, sendo 31 noturnos e 10 à distância. Conta também com 147 cursos de pós-graduação *stricto sensu* e 22 especializações *lato sensu*. Os cursos estão divididos em quatro campi espalhados pelo Distrito Federal: Darcy Ribeiro (Plano piloto), Planaltina, Ceilândia e Gama. Os órgãos de apoio incluem o Hospital Universitário, a Biblioteca Central, o Hospital

Veterinário e a fazenda Água Limpa. Disponível em: <<http://www.unb.br/sobre>> Acesso em: 07 de fevereiro 2013.

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade- FACE-, possui hoje três departamentos – Economia, Administração e Contabilidade. Também é parte integrante da Faculdade o mestrado profissional interdisciplinar em regulação e gestão de negócios – REGEN - e o programa de pós-graduação em administração – PPGA. Disponível em:<<http://www.face.unb.br>> Acesso em: 07 de fevereiro 2013.

3.3 População e amostra

Três foram os participantes desta pesquisa: dois coordenadores de cursos (Administração e Contabilidade) e o diretor da FACE/UnB – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Universidade de Brasília

3.4 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Como instrumento de pesquisa, foi adotada entrevista semiestruturada com o intuito de atingir os objetivos estabelecidos. A entrevista semiestruturada foi escolhida por nos possibilitar maior profundidade no conteúdo de pesquisa, nas respostas aos questionamentos realizados e também por sua flexibilidade quando da ocorrência de possíveis dúvidas ao longo da entrevista. Este tipo de entrevista é caracterizado por perguntas abertas feitas ordenadas e planejadas previamente, onde o pesquisador tem a autonomia de acrescentar questões de esclarecimento (LAVILLE e DIDONE, 1997).

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Os dados obtidos através das entrevistas serão analisados a partir do modelo de análise de conteúdo construído por Bardin (2009). A análise de conteúdo consiste em um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (idem, ibidem).

A interpretação dos dados oriundos das entrevistas será feita baseada em categorias construídas a priori – extraídas do roteiro de entrevista, apoiados na literatura e de acordo com os objetivos definidos neste trabalho. A análise dos dados dos relatórios avaliativos será feita pautada na interpretação do que pode vir a ser um instrumento de auxílio aos gestores de cada departamento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como modelo de apresentação do resultado, nos baseamos no modelo de análise de Laurence Bardin (2009), onde os resultados e discussão serão apresentados por categorias definidas pelos questionamentos feitos aos participantes, nos permitindo conhecer os conceitos presentes no discurso de cada entrevistado.

4.1.1 Conhecimento e opinião sobre o SINAES

Nesta primeira categoria, os professores foram consultados sobre a opinião e conhecimento sobre o SINAES. Todos os professores disseram conhecer o SINAES, todavia, sem não ressaltar algum ponto negativo ou expressar que sempre há o que melhorar, quando o assunto é avaliação.

De acordo com o diretor da FACE, no cargo desde junho de 2009, o SINAES tem qualidade porque se dispõe a analisar e avaliar resultados e processos internos a cada instituição de ensino superior. Na lei que sanciona o SINAES – 10.861 de 2004 – está expresso de forma clara que sim, o Sistema tem como dimensão a ser observada e avaliada o “planejamento e avaliação, especialmente os **processos, resultados** e...” (BRASIL, Lei nº10.861, art.3º,§8º, 2004, grifo nosso). O professor destacou também que pensa ser de grande valia a intenção de avaliar todo e qualquer serviço público ofertado à população. O segundo entrevistado, o chefe de departamento do curso de Contabilidade, há pouco mais de um ano no cargo, disse também achar o Sistema avaliativo bom, mas afirmou categoricamente que precisa ser melhorado, pois pensa que deve haver alguém *in loco* para observar e avaliar como são realizados os processos, para ver como se desenvolvem as atividades, e completou dizendo: “Não adianta a gente colocar no papel, no papel as coisas podem ser muito distorcidas”. Deste discurso, podemos extrair que o professor, há mais de um ano no cargo, nunca viu alguém de corpo presente analisando os processos do departamento e que a avaliação se resume apenas ao preenchimento ou relatos em papel, embora, na lei supracitada que estabelece o SINAES é de fácil entendimento que uma das responsabilidades do SINAES é a avaliação externa “*in*

loco” realizada por membros especialistas de cada área do conhecimento, com o objetivo de identificar as condições de várias dimensões acadêmicas, como por exemplo: corpo docente, instalações físicas e a organização didático-pedagógica. A terceira entrevistada, a coordenadora do curso de Administração, no cargo desde maio de 2011, afirmou que conhece o SINAES em certa medida, por já ter realizado atividades e relatórios em resposta à demanda do MEC –Ministério da Educação – e do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, responsável pela execução.

4.1.2 Conhecimento sobre o processo de avaliação institucional na UnB

Nesta categoria, os participantes foram questionados para verificarmos o nível de conhecimento sobre o processo de avaliação institucional realizado na UnB – Universidade de Brasília. Todos os entrevistados disseram conhecer o processo, porém, não detalhadamente. Dois dos três consultados, ao responderem, mencionaram o preenchimento de questionários avaliativos. Em nenhum momento foi mencionado um trabalho mais profundo, apurado e didático sobre questões importantes sobre processos e atividades do dia-a-dia de seus departamentos. Ainda sobre esta questão, podemos utilizar um trecho de uma resposta de um dos coordenadores, como complemento à reflexão: “já respondi alguns questionários de avaliação institucional, mas efetivamente eu nunca vi funcionar, eu sei que existe a avaliação, já fiz algumas avaliações, mas depois a gente não volta, só volta o resultado trabalhado; os dados estatísticos, fora isso, não tem nenhuma outra resolução.” Outro ponto importante a ser comentado neste sentido é a constituição de uma comissão própria de avaliação –CPA- de uma universidade com mais de trinta e quatro mil alunos – graduandos e pós graduandos – e mais de dois mil professores ser formada por apenas três representantes docentes (UnB,2012). Informação extraída do relatório de autoavaliação institucional, referente ao período de 2011, publicado em março de 2012.

4.1.3 Opinião sobre o processo autoavaliativo na UnB e no respectivo departamento

De acordo com o diretor da FACE/UnB, o processo, na teoria, é bom, pois o professor acredita que tem legitimidade por ser feito por pares, é isento, todavia, dentro da UnB, é trôpego, mesmo com o esforço e atenção dado ao assunto pela gestão do professor José Geraldo Júnior- 2008 a 2012- à frente da Reitoria. Sobre o processo na FACE, ele disse que nunca foi feito nem em sua gestão na FACE e nem tem sido prática na Universidade. Para o chefe de departamento do curso de Contabilidade, não há na autoavaliação respeito às diferentes realidades acadêmicas, um mesmo questionário aplicado a todos os departamentos da Universidade. Aqui podemos refletir sobre a experiência da criação de um instrumento de gestão com vistas a auxiliar a gestão, mas que na realidade não ajuda o gestor a conhecer fielmente sua área de trabalho, comprometendo seu processo de tomada de decisão e o aperfeiçoamento dos processos e resultados do departamento e por consequência, o da Universidade. Assunto este, presente em diversos estudos sobre avaliação institucional, como, por exemplo, no artigo “Análise inter-relacional dos instrumentos do SINAES: uma proposta emancipatória”, de Mara Lúcia Castilho, Maria Cristina Loyola dos Santos e Magda de Lima Lúcio (2009). A professora e chefe de departamento do curso de Administração respondeu que está sempre realizando o processo autoavaliativo no departamento que concentra os esforços para estar sempre aprimorando e realizando mudanças para o bem do departamento e da UnB, embora tenha destacado que falta uma integração sobre os critérios do SINAES, da Universidade e de cada departamento.

4.1.4 Realização de reunião preparatória para o processo de autoavaliação / Participação em reunião realizada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA

De acordo com os professores consultados, por parte deles, nunca houve a realização de reunião preparatória com alunos, funcionários e professores para o processo de autoavaliação em seus departamentos. Vale destacar que a chefe de departamento do curso de Administração citou sua participação em reuniões de

colegiado sobre o assunto, onde há representatividade de alunos. Sobre participação em uma possível reunião realizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, mais uma vez, todos os questionados disseram não ter participado. É de estranhar aqui o tratamento dado a um assunto considerado de extrema relevância, tanto pelo Governo Federal ao instituir a Lei que estabelece o SINAES – Lei nº10.861/2004- tanto nos discursos dos professores participantes deste trabalho. Não nos parece que a avaliação institucional – interna e externa – esteja internalizada e sendo levadas a sério dentro da Universidade de Brasília.

4.1.5 Importância dos relatórios avaliativos/Relevância dos dados no processo decisório

Neste quesito, todos os professores entendem que, de forma geral, os relatórios autoavaliativos são importantes para o processo de tomada de decisão, mas nem por isso, deixaram de tecer críticas aos mesmos. Cabe aqui destacar a menção feita por um dos professores ao responder sobre a importância dos relatórios e da relevância dos dados dos mesmos: ele afirmou que os relatórios são muito eficazes, para ele, apenas no controle dos professores de seu departamento. Reduzindo assim sua gestão ao simples controle do corpo docente.

Neste caso, é de grande valia discutir a diferença entre controlar e gerir. É comum, principalmente, entre gestores, esta sobreposição dos conceitos e práticas. Gerir não significa controlar e vice-versa. Gerir significa “administrar, dirigir e reger”, conceito este presente no Novo dicionário da língua portuguesa. O controle é parte integrante de um processo de gestão, é meio e não fim. Uma boa gestão passa, necessariamente, por um bom controle, todavia, controlar bem não significa gerir com sucesso e/ou ter uma boa gestão.

Sobre a relevância dos dados presentes nos relatórios avaliativos, os consultados pensam que estes dados são de extrema utilidade e importância em um processo de decisório, mesmo nenhum deles destacando como se dar o processo de apropriação destes dados em um seus processos de tomada de decisão em seus departamentos.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com a criação e adoção, em 2004, do SINAES como sistema norteador de um processo de avaliação nas instituições de ensino superior e, em escala maior, como instrumento de uma política educacional do governo então vigente, vários estudos críticos sobre esse sistema surgiram, como é o caso deste. A adoção deste sistema trouxe em sua formulação a consideração das experiências avaliativas anteriores realizadas no país, todavia, com a incumbência de se diferenciar em sua essência, processos e em seus objetivos. Uma das inúmeras contribuições do SINAES é a de auxiliar os diferentes gestores, seja na academia, seja em outras esferas, em seus processos de tomada de decisão, sempre objetivando a melhoria da qualidade dos processos acadêmicos, através de seus instrumentos de avaliação, e, por consequência, da educação como direito de todos. Por isso, aqui, estes instrumentos avaliativos foram estudados sob a ótica da teoria dos instrumentos de gestão.

Retomando a pergunta-problema desta pesquisa: Em que medida os instrumentos de avaliação contidos no SINAES têm sido considerados pelos gestores como instrumentos de melhoria para a gestão dos cursos da FACE/UnB? Podemos afirmar que o objetivo deste trabalho foi atingido.

Com a realização das entrevistas e da análise categorizada dos discursos dos respondentes, constatamos que os instrumentos de avaliação do SINAES não têm sido considerados pelos gestores dos cursos da FACE/UnB, em suas gestões a frente de seus departamentos. Uma das diversas causas pode está na falta de atenção e consideração por parte da Universidade de Brasília para/com o tema “avaliação institucional”. Fato este destacado no discurso do diretor da FACE/UnB, ao afirmar que nunca realizou processo autoavaliativo na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade- FACE - e que a UnB – Universidade de Brasília- não tem dado muita consideração ao tema.

A constante menção feita pelos entrevistados sobre questionários e relatórios avaliativos, somado a falta de menções sobre o benefício dos instrumentos avaliativos em seus processos e na gestão dos departamentos, nos fez chegar a conclusão de que a avaliação institucional hoje na Universidade de Brasília se

resume ao simples e puro preenchimento de relatórios e questionários. O único benefício dos relatórios e questionários citados foi o auxílio ao controle sob os professores do departamento e sobre o cumprimento da ementa de cada disciplina ofertada. As melhorias que os instrumentos avaliativos propostos pelo SINAES oferecem, na teoria – na lei-, são claras e de entendimentos dos consultados, porém, na prática, nos discursos, não foi percebida considerações sobre melhorias reais nos processos de tomada de decisão e, conseqüentemente, na gestão de cada departamento, passando a impressão de que esses instrumentos foram criados apenas com um cunho político, o fato de existirem parece ser o suficiente para os governantes, não levando em consideração se são efetivos ou não.

Surgem, portanto, assuntos e perguntas que este trabalho não se propôs a responder ou estudar, mas que podem ficar como recomendações para pesquisas futuras, como: verificar por que a Universidade de Brasília ainda possui um processo de avaliação institucional embrionário, como se dá a relação da Comissão Própria de Avaliação – CPA – com os diversos departamentos da Universidade e quais os motivos que impedem que a lei 10.861/2004 – que instituiu o SINAES- esteja sendo seguida em sua totalidade.

Finalmente, além da limitação de não poder realizar um trabalho mais profundo acerca do tema e do desejo de poder realizá-lo em outra oportunidade, fica a esperança e a torcida para que o prometido, famigerado e original Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES – seja realidade nas academias e não deixe de ter a atenção e carinho dos governantes.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Setenta. 281p, 2009.

BARREYRO, B. G; POLIDORI, M.M; MARINHO-ARAUJO, M.C. Sinaes: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 425-436, out./dez. 2006.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. *Para a História da Avaliação da Educação Superior Brasileira: Análise dos Documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB*. Revista Avaliação. Campinas, v.13, n.1, p.131-152,2008.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Avaliação da Educação Superior no Segundo Governo Lula: "Provão 2" ou a reedição de velhas práticas? *Revista Educação & Sociedade*. Campinas, v.32, n.114, p.21-38, 2011.

BELLONI, Isaura. *Avaliação Institucional: um instrumento de democratização da educação*. Linhas Críticas, Brasília, v.5, n.9, Julho a Dez, 1999.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUZA, Luiza. *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BELLONI, Isaura. et al. Avaliação Institucional na Universidade de Brasília. In: BALZAN, Newton; SOBRINHO, José Dias (Orgs.) *Avaliação Institucional: teoria e experiências*. São Paulo: Cortez,1995,p.87-113.

BELLONI, Isaura; BELLONI, José Ângelo. Questões e Propostas para uma Avaliação Institucional Formativa. In: FREITAS, Luiz Carlos de; BELLONI, Isaura; Soares, José Francisco (Orgs.). *Avaliação de Escolas e Universidades*. Campinas: Komedi,2003.p.9-13.

BRASIL. Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior. *Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior*, 2003.

BRASIL. *Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior*. Brasília: CONAES,2007.

BRASIL. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm. Acesso em: 30 de Janeiro.2013.

BRASIL. *Diretrizes para avaliação das instituições de ensino superior*. Brasília:CONAES,2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 de Janeiro 2011.

FILHO, José Camilo dos Santos. Análise teórico-político do Exame Nacional de Cursos. *Revista Avaliação*. Campinas, v.4, n.3, p.9-24, 1999.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 184p, 2010.

LASCOUMES.P; LES GALÈS, P. Gouverner par les Instruments. Paris: Press de Sciences Po, 2004, cap.1.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A Construção do Saber . Porto Alegre: Ed. UFMG, 342p, 1999.

LEITE, Denise. *Reformas Universitárias: avaliação institucional participativa*. Vozes: Petrópolis, 2005.

LINDER, S.H; PETERS, B.G. Instruments of instruments: Perceptions and contexts. *Journal of Public Policy*, v.9, n.1, p.35 – 58, Jan./ mar, 1989.

PETERS, B.G. The politics of tool choice. In: SALOMON, M.L.(Org). *The tools of government: A Guide to the new Governance*. New York: Oxford University Press, 2002, cap.19.

QUEIROZ, L.A.C. K. *Eu avalio, tu avalias, nós nos autoavaliamos?* Autores associados: Brasília, 2011, p.65-87.

SOBRINHO, José Dias; BALZAN, C.N. *Avaliação Institucional – Teorias e experiências*. São Paulo: Cortez, 1995. 180p.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação e Transformações da Educação Superior Brasileira. *Revista Avaliação*. Campinas, n.1, p.195-224, 2010.

Universidade de Brasília. *Descrição*. Disponível em: <<http://www.unb.br/sobre>>. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Acesso em: 30 de Janeiro 2013.

Universidade de Brasília. *Relatório de Autoavaliação*. Brasília: UnB, 2011.

VERGARA, C.S. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005. 96p.

VERSIEUX, E.R. *Avaliação do Ensino Superior Brasileiro: PAIUB, o ENC e o SINAES*. 2004. 230p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1) Sobre a avaliação institucional

A- O senhor(a) conhece o Sistema Nacional de Avaliação Institucional – SINAES? Qual é a sua opinião sobre o Sistema?

B- O senhor(a) conhece como é realizada a avaliação institucional na Universidade de Brasília?

C- Como o senhor(a) considera o processo autoavaliativo na Universidade de Brasília? E no seu Departamento/Faculdade?

D- O senhor(a) já participou de alguma reunião realizada pela Comissão Própria de Avaliação Institucional?

E- O senhor(a) já realizou reunião preparatória para o processo de autoavaliação com alunos, professores e funcionários?

2) Utilização dos Relatórios

A- O senhor(a) considera os relatórios e questionários avaliativos importantes para a tomada de decisão? Por quê?

B- Ao formular o seu processo de tomada de decisão qual é a relevância dos dados dos relatórios da autoavaliação?

ANEXOS

MODELO de Questionário de Percepção discente sobre a Disciplina, o desempenho docente e as condições de oferta.

ESCALA:

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5

Insatisfatório

Excelente

NA: Não Aplicável

1 DISCIPLINA

| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | NA |
|-----|--|---|---|---|---|---|----|
| 1.1 | Clareza na descrição dos objetivos do programa. | | | | | | |
| 1.2 | Coerência entre objetivos, ementa e conteúdo ministrado. | | | | | | |
| 1.3 | Clareza quanto aos critérios de avaliação. | | | | | | |
| 1.4 | Adequação da bibliografia utilizada à proposta da disciplina. | | | | | | |
| 1.5 | Relevância da disciplina para a formação acadêmica e profissional do aluno | | | | | | |

Relacione pontos fortes e pontos a melhorar neste quesito:

| PONTOS FORTES | PONTOS A MELHORAR |
|---------------|-------------------|
| | |
| | |
| | |
| | |

2 Percepção Sobre o Desempenho do Professor

| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | NA |
|------|--|---|---|---|---|---|----|
| 2.1 | Domínio do conteúdo ministrado. | | | | | | |
| 2.2 | Clareza na transmissão do conteúdo. | | | | | | |
| 2.3 | Adequação das atividades desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos. | | | | | | |
| 2.4 | Capacidade de despertar o interesse dos estudantes em relação ao conteúdo. | | | | | | |
| 2.5 | Utilização de estratégias de ensino que facilitam a aprendizagem. | | | | | | |
| 2.6 | Capacidade de lidar com divergências de opinião. | | | | | | |
| 2.7 | Integração entre teoria, pesquisa, prática e aspectos da realidade. | | | | | | |
| 2.8 | Coerência entre nível de complexidade das avaliações (trabalho, testes, provas, exercícios, etc.) e o conteúdo ministrado. | | | | | | |
| 2.9 | Discussão dos resultados de avaliação de aprendizagem. | | | | | | |
| 2.10 | Disponibilidade para esclarecer dúvidas e solucionar dificuldades dos alunos relacionados ao conteúdo da disciplina. | | | | | | |
| 2.11 | Pontualidade no cumprimento dos horários de início e término das aulas, pelo professor | | | | | | |
| 2.12 | Assiduidade (Cumprimento do calendário acadêmico estabelecido pelo CEPE) | | | | | | |

Relacione pontos fortes e pontos a melhorar neste quesito:

| PONTOS FORTES | PONTOS A MELHORAR |
|---------------|-------------------|
| | |
| | |
| | |
| | |

3 Autoavaliação

| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | NA |
|------------|---|---|---|---|---|---|----|
| 3.1 | Participação nas atividades desenvolvidas na disciplina. | | | | | | |
| 3.2 | Estudo extraclasse do conteúdo da disciplina | | | | | | |
| 3.3 | Aprofundamento do conteúdo da disciplina por meio de pesquisa bibliográfica e leitura | | | | | | |
| 3.4 | Capacidade de aplicar os conhecimentos da disciplina em outras situações e contextos. | | | | | | |
| 3.5 | Relacionamento com colegas da disciplina. | | | | | | |
| 3.6 | Relacionamento com professor. | | | | | | |
| 3.7 | Pontualidade no cumprimento dos horários de início e término das aulas. | | | | | | |
| 3.8 | Assiduidade (Presença nas atividades desenvolvidas na disciplina) | | | | | | |

Relacione pontos fortes e pontos a melhorar neste quesito:

| PONTOS FORTES | PONTOS A MELHORAR |
|---------------|-------------------|
| | |
| | |
| | |
| | |

4 APOIO INSTITUCIONAL À DISCIPLINA

| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | NA |
|------------|--|---|---|---|---|---|----|
| 4.1 | Qualidade das instalações destinadas às aulas teóricas. | | | | | | |
| 4.2 | Qualidade das instalações destinadas às aulas práticas. | | | | | | |
| 4.3 | Acesso à bibliografia da disciplina em bibliotecas da UnB. | | | | | | |
| 4.4 | Disponibilidade de equipamentos. | | | | | | |
| 4.5 | Demais condições necessárias ao desenvolvimento das atividades da disciplina | | | | | | |

Relacione pontos fortes e pontos a melhorar neste quesito:

| PONTOS FORTES | PONTOS A MELHORAR |
|---------------|-------------------|
| | |
| | |
| | |
| | |